

Discurso da Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro por ocasião da posse no cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Pará.

Senhor Governador do Estado do Pará, Helder Zaluth Barbalho;

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Deputado Francisco das Chagas Silva Melo Filho, na pessoa de quem saúdo todos os parlamentares;

Senhor Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Desembargador Ronaldo Marques Valle;

Senhora Corregedora-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha;

Senhor Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre, Decano desta Corte de Justiça, na pessoa de quem saúdo todos os desembargadores e juízes;

Senhor Procurador-Geral de Justiça, Gilberto Valente Martins, na pessoa de quem saúdo todos os membros do Ministério Público do Estado do Pará;

Senhor Presidente da Seção-Pará da Ordem dos Advogados do Brasil, Antônio de Albuquerque Campos, na pessoa de quem saúdo todos os advogados, públicos e privados;

Servidores e colaboradores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Meus familiares;

Minhas amigas e amigos,

Peço que todos se sintam acolhidos. A presença de cada um, por qualquer via possível, ainda que de forma virtual, por força das condições físicas que ora se impõem, me causa grande alegria e só abrilhanta este evento.

Agradeço a todos que hoje dividem comigo este momento tão importante na minha vida pessoal e profissional.

“Ninguém vence sozinho, nem no campo, nem na vida”, disse o Papa Francisco.

Nada somos senão o produto de forças convergentes de criação, e nada realizamos sem a transposição de energias múltiplas, do plano das ideias para o campo dos fatos, no fluir do presente e na passagem para o futuro. Os dias não nascem melhores, eles dependem que assim o tornemos, sempre aos olhos do Criador!

Por isso, hoje, derramo-me em louvor ao Deus Supremo, pela luz em minha jornada. É pela fé que me renovo a cada dia, que transbordo em esperança, que me fortaleço diante dos desafios e que aceito os Seus desígnios. É preciso confiar e saber esperar. A humildade sempre enobrece.

Senhoras e senhores,

Permitam-me, aqui, registrar alguns agradecimentos pessoais.

Inicialmente, falar de gratidão em relação ao meu pai, Jorge Dias Pinheiro, é como escrever, no banco da escola primária, apenas o título de uma redação de cinco páginas sobre as melhores férias que já vivi. Seu significado em minha vida não cabe no limitado universo das palavras. A ele, que não está mais fisicamente entre nós, mas que, decerto, continua a ler o que eu jamais

consegui escrever, bastaria dizer que tive a honra e o privilégio de ter o melhor pai do mundo. Por ele, amor e saudade, enquanto eu respirar.

Celeste Pinheiro, minha mãe, obrigada por me ensinar que é mais valoroso ser feliz com o que se tem, do que ter com o que ser feliz; que é mais honrado o perdão ao castigo; e que a intolerância é inimiga da sabedoria.

Meu agradecimento também aos meus irmãos, Jorge, Carlos, Paulo, Cláudio e Priscila, pelo apoio, pela presença, pela presteza. Foi em meio à nossa união que cresci conhecendo o poder das mãos, quando dadas umas às outras.

O meu amor e o quanto mais for possível ao meu filho de coração, Jorge Gabriel, e aos demais sobrinhos queridos, Arthur, Giovanna, Maria Luíza e Lorenzo.

Almir Soares, meu amor, agradeço pelos dias, meses e anos que, apesar de cronologicamente contáveis, têm sido inestimáveis em profundidade e significado. Seu altruísmo me permite saber, com detalhes, que ser amada, verdadeiramente, é nunca estar sozinha.

Aos amigos da vida toda, sou-lhes muito grata pela lealdade, pelo carinho, pelo suporte e pelas memórias indelévels, inclusive dos que já partiram. Todos fazem parte da minha história, cada um a seu tempo; alguns, ao mesmo tempo... Guardo-os no meu mais doce sentir, e sei que sou correspondida. Justo por isso, aceitem minhas escusas por não me aventurar citando-os, um a um, por receio de recair em alguma imprecisão. Afinal, o que é um nome para quem se reconhece pelo coração? Sejamos sempre assim!

Desembargador Leonardo de Noronha Tavares, meu querido amigo, aceite minhas sinceras congratulações pelo trabalho realizado, com o desvelo e a entrega próprios de Vossa Excelência. Sinto-me agraciada e desafiada por sucedê-lo nesta cadeira.

Agraciada por receber um legado de tão boas mãos, ao que se soma o fato de se haverem dado às minhas, não apenas no biênio anterior, enquanto estive Vice-Presidente, como em tantas outras oportunidades ao longo de nossa carreira na magistratura.

Sinto-me desafiada, ironicamente, pelo mesmo motivo. Cabe a mim o encargo de sustentar o tanto já feito, e de dar continuidade ao trabalho iniciado. Estou certa de que Vossa Excelência deu o seu melhor.

E assim também farei. Darei o meu melhor para que, daqui a dois anos, desta mesma tribuna, ser destinatária da admiração e do respeito de meu sucessor, tal qual ora experimento, ao captar de seu semblante a expressão do dever cumprido. Receba meus votos de felicidade no quanto mais vier em sua vida e em sua carreira.

Aos demais desembargadores deste Tribunal de Justiça, que creditaram a mim suas melhores expectativas, e plantaram a semente deste evento e dos frutos vindouros para o próximo biênio, saibam que sigo firme em meus (nossos) ideais; os quais, ousou dizer: são inabaláveis! Porque não me ilude a calma, tampouco me aflige a tempestade.

O bom timoneiro não é aquele que acredita poder controlar o mar, mas o que controla seu barco, usa o vento a seu favor e só descansa quando cumpre a rota planejada. Aqui, dou início à minha missão, certa de que os terei ao meu lado e grata pela confiança em mim depositada.

Registro, ainda, nesta oportunidade, a minha gratidão à equipe da Vice-Presidência, assim como aos setores a ela vinculados. Vocês estiveram comigo, lado a lado, no último biênio, e

conquistaram meu respeito pelo profícuo trabalho desempenhado com esmero e êxito correspondente. O bom trabalho deve ser reconhecido. Muito obrigada pelo apoio e dedicação!

Às mulheres da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar, e do Comitê Deliberativo para Participação Feminina no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, dirijo meus agradecimentos a vocês também.

Num país em que, seguindo o curso da cultura universal, a mulher só teve direito ao sufrágio no ano de 1932; em que, já no século XXI, ainda necessita bradar, diariamente, pelos direitos humanos mais comezinhos, dispondo de um único dia especialmente voltado a reacender sua luta cotidiana por nada mais que igualdade, dentro e fora de seus lares; coordenar estas equipes a catalisar medidas e esforços voltados à evolução desta condição de iniquidade histórica, foi, para mim, uma guerra pela paz, de significados múltiplos, sendo eu mulher, cidadã, magistrada e gestora pública.

Desejo que não tarde o dia em que seja dispensável o “Dia Internacional da Mulher”, como também as metas governamentais e judiciais, assim como os órgãos especializados em nossa proteção e defesa. Porém, enquanto este dia não chegar, ocupemos nosso lugar de fala e lutemos por nosso assento de direito, porque a causa é nobre e justa!

A guerra ainda não acabou, bem sabemos; mas a caminhada da mulher, desde o movimento sufragista americano, no século XVIII, até os dias de hoje, afinal, reflete conquistas sintomáticas de uma real mudança de paradigmas. Dentre elas, registro o fato emblemático para o Estado do Pará, que, neste biênio, conta, simultaneamente, com cinco mulheres à frente de seus tribunais: Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral; Desembargadora Graziela Leite Colares, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho; Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira, Presidente do Tribunal de Contas do Estado; Conselheira Mara Lúcia Barbalho da Cruz, Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios; e eu, neste Tribunal de Justiça.

Nossas colocações nos permitem a representatividade, não apenas de mulheres privilegiadas por educação superior e qualificadas para o mercado de trabalho, mas também daquelas que, de suas diversas ocupações, por mais modestas que sejam, contribuem para o progresso da sociedade. Fazer parte desta sinergia de forças me nutre de orgulho e esperança.

Desembargadoras e Conselheiras, recebam minha saudação com a sonoridade que a ocasião transcende; a mesma com a qual, desde já, expressei meus votos de muito sucesso em suas gestões, como também meu apoio nesta empreitada.

Senhoras e senhores,

Sonhando acordada. É como me sinto neste momento, inegavelmente elevado de minha carreira e de minha vida. Ao meu sentir, a expressão espelha a tamanha emoção que me toma ao assumir a Presidência do Poder Judiciário do meu amado Estado do Pará.

Para uma magistrada que, há vinte e nove anos, ingressou nesta instituição, cheia de sonhos; que, então, assumiu a titularidade do recôndito município de Afuá, na Ilha do Marajó, e depois das comarcas de Santarém e Belém, passando pelos municípios de São Miguel do Guamá, Irituia, Ourém, Capitão Poço, Anajás, Chaves, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos e Oriximiná, até chegar ao Desembargo e, hoje, assume o cargo máximo do órgão ao qual se entregou, também em espírito, no ofício de servir à sociedade, sentir arder a mesma chama de esperança e entusiasmo daquele primeiro momento, é um privilégio!

Sonhar é preciso!

“A esperança é o sonho do homem acordado”, disse Aristóteles. No embalo de seu pensamento é que lhes garanto: sonho acordada, porque me sobra esperança. Tenho fé em dias melhores e em poder aprimorá-los ainda mais; porque o poder não é um deleite, mas uma missão: o dever de fazer pelo outro e para ele o mais e melhor possível. Pode mais quem sonha mais alto, mas sonha acordado.

É com este sentimento e crença que me coloco à integral disposição deste Tribunal de Justiça e do Estado do Pará, no cumprimento do juramento que fiz quando ingressei na magistratura, e de meu dever gestor, especialmente nesta luta hodierna, que nos assombra os dias e nos inquieta as noites.

Enfrentar a pandemia, sob todas as frentes necessárias, sem relegar de cada indivíduo, especialmente dos mais desamparados, o acesso a seus direitos, é nossa tarefa primordial neste contexto de crise global. Entrego-me a ela, inteiramente.

Aqui, registro meu respeitoso e consternado tributo aos mais de sete mil paraenses e de duzentos mil brasileiros fatalmente vitimados pelo novo coronavírus; aos seus familiares, meus sinceros sentimentos.

Há cerca de dez meses, temos sido obrigados a experimentar algo inédito em nossas vidas: o isolamento social; e com ele, uma série de desdobramentos indesejáveis e deletérios.

Tem sido exaustivo adentrar o desconhecido, mas é a única coisa digna a se fazer: enfrentar, com as armas que temos e com as que se mostrarem necessárias, conforme nos familiarizemos com esta nova ordem mundial.

Atributos como solidariedade, tolerância, compreensão, altruísmo, resiliência, coragem e fé nos têm mantido firmes diante de incontáveis adversidades.

Refletir sobre a própria existência, sobre o sentido do coletivo e sobre valores que realmente importam em nossas vidas mostrou-se indispensável e, a partir daí, quiçá tenhamos entendido que sobreviver é pouco; que precisamos reaprender a viver!

Não há mais lugar para frivolidade e esterilidade. O momento urge por transcendência e criatividade. Não nos iludamos. O mundo vive uma transformação estrutural nos meios de produção e na circulação de riquezas e conhecimento, tal qual se deu com a grande transição da manufatura para a máquina, cenário da revolução industrial. Vivemos agora, absoluta, definitiva e quase que instantaneamente, a era digital.

A ordem, portanto, é saber fazer uso do que nos torna mais eficientes e acessíveis, sem perder a sensibilidade; exercer o poder sem perder a ternura; isolar-se quando necessário, sem jamais estar só; navegar entre as ondas, e não contra elas. Temperança. O bom timoneiro tem temperança.

O Judiciário tem sido bravamente proativo na nova forma de vida e de trabalho. Os julgamentos e audiências por videoconferências, o sistema de processo eletrônico, utilização de dados em nuvem, o warehouse; todos são exemplos de nossa resiliência diante da crise; de nossa força motriz, e de uma imensa vontade de atender às demandas da sociedade, no cumprimento de nosso dever. Pois bem sabemos que, quanto pior a crise, maiores os conflitos a serem dirimidos.

Nosso serviço é indispensável à sociedade. Em razão disto, a paralisia da máquina estatal e a corrupção de valores éticos são condutas inadmissíveis e não serão toleradas. Precisamos primar pelo que construímos e torná-lo maior e melhor, malgrado a adversidade. É o que a sociedade espera e necessita de nós, e é o que lhe entregaremos.

Convicta dos valores que me guiaram até aqui, de meu caráter, da minha disposição para o trabalho e da minha inquebrantável fé, afirmo às senhoras e aos senhores que não medirei esforços para, dentro do papel institucional reservado a este Poder, dar corpo aos ditames democráticos na prestação jurisdicional ampla e de qualidade à sociedade paraense; assim como, em respeito à harmonia com os demais Poderes, asseguro que esta Casa não fugirá à sua contribuição para o crescimento de nosso Estado e para o bem da coletividade.

Digo o mesmo em relação às demais instituições sociais aqui representadas. Este Tribunal está de portas abertas para somar, no que for possível, aos seus esforços, porque o bem é comum.

Neste momento, a palavra de ordem é “união”!

Juntos, podemos sonhar maior e melhor. Já que fomos capazes de chegar até aqui, de nos reinventar, de nos adaptar a tantas mudanças, de superar tantas angústias e medos, tantas perdas, temos condição de renascer mais fortes. Mas, além de acreditar, é preciso querer e fazer acontecer.

Olhemos para dentro de nós e deixemos que nossos pensamentos se libertem do ego e da mesquinhez, até alcançarem o sentido do todo: o coletivo. Sonhemos juntos e seremos livres de alma; lutemos juntos e seremos livres na vida. É o que o mundo espera de nós: que assim o tornemos melhor. Do contrário, seríamos apenas fome, de comida e de procriação, como as demais espécies. Mas somos humanos e nos foi dado saciar a fome alheia, sonhando acordados!

Com este propósito, com a ajuda de magistrados e servidores tão comprometidos com esta instituição quanto eu, que vêm somar conhecimento e esforços para que, ao final de vinte e quatro meses, possamos fazer as entregas que o jurisdicionado e a sociedade paraense esperam de nós, observando as diretrizes da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, consolidadas pelo Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução nº 325/2020, construímos o Plano de Gestão para o biênio 2021/2023, que contempla, como meta primordial, a gestão e a valorização de pessoas, bem como a inovação de processos, rotinas e instrumentos, visando ao contínuo aperfeiçoamento de nossos serviços, sem descuidar de todo o avanço multissetorial empreendido nas gestões antecedentes.

Neste biênio, seremos agentes multiplicadores, assumindo a ousada missão de promover, no Estado do Pará, uma Justiça onipresente, pronta a responder ao chamado mais longínquo de qualquer cidadão que habite esta jurisdição.

Sou magistrada de carreira desde 1991, de modo que, não me causa estranheza o fato de custar mais chegar, saindo da capital do Estado, ao Município de Novo Progresso, do que a Lisboa, no continente europeu. Aprendi a enxergar a beleza, mas também o insólito de nossas dimensões geográficas; pude compreender a profundidade do sincretismo e da autenticidade de nossa gente. Portanto, tenho ciência de que não será fácil, mas será demasiado gratificante vencer este desafio.

Nesta condução, tenho certo que meu papel é de contribuição ao aprimoramento do trabalho há tanto realizado pelos gestores que me antecederam, de quem trago comigo aprendizado e

gratidão. Asseguro que saberei retribuir, deixando o legado resultante de um trabalho pautado na excelência.

Gestão pública, por essência, já impõe vultosa responsabilidade, que reclama um pensar pragmático, seguido de conduta proba, cautelosa e transparente. Trata-se, afinal, de gerir o dinheiro do povo, e que a ele deve ser revertido, sob vários planos de atuação.

Diante dos novos desafios que batem à nossa porta, inclusive advindos da pandemia que atinge o mundo todo, a condução de instituição desta envergadura, exigirá também ousadia, mas nenhuma futilidade. Isto porque realizar o mais possível com o menos disponível impõe criatividade e empenho.

Rogo a Deus que me guie nos momentos de aflição e que me dê sabedoria para tomar as melhores decisões para o Poder Judiciário do Estado do Pará.

Com base nisto, reporto-me diretamente aos membros e servidores deste Poder, num pedido e numa conclamação. Peço união e os conclamo ao trabalho. Faço isso, não em meu nome, mas como arauto daquele que paga nossos subsídios e vencimentos, e que impescinde do nosso serviço: o jurisdicionado.

Hodiernamente, atravessamos um tempo transicional de sérias consequências, e estas terão o quilate proporcional à nossa conduta neste embate.

Longe de buscar unanimidade, minha postura sempre foi de respeito à divergência, pois sei que é ela que nos oportuniza o aprimoramento. Faz parte da arena democrática a dialética, o confronto, mas também o consenso.

O produto puro da democracia é a validação da vontade da maioria. Esta compreensão e prática é sinal de maturidade. Pessoalmente, antes disso, visualizo a questão como ética.

Saber retroceder no seio da discussão; admitir que há, em mesa, perspectiva preferível à sua e perfilhá-la, espelha, a meu ver, uma das mais nobres virtudes: a humildade. Ser humilde é saber-se inteligente sem precisar de validação externa. E sob esta diretriz continuarei pautando o meu trabalho.

O Poder Judiciário do Estado do Pará é, e será sempre, do começo ao fim, o conjunto de gente que lhe dá alma. Magistrados e servidores, sem os senhores, isto aqui não existiria. Vamos amar nosso patrimônio, sobretudo o imaterial: nosso trabalho e o que ele representa, para cada um de nós, e para a sociedade deste Estado!

Não obstantes as intempéries que se anunciam em minha gestão, estejam certos do meu empenho na melhor formação e aperfeiçoamento possíveis na esfera de cada campo profissional, porque eu sei do valor do trabalho dos senhores. Peço que acreditem em mim!

Senhores magistrados, validem, a cada dia, para si mesmos, o juramento que fizeram quando vestiram suas togas pela primeira vez, diante dos homens e abençoados por Deus. Lembrem-se de que são depositários diretos, em última ratio, dos anseios dos cidadãos. É do Judiciário o dever de controle social.

Diante disso, não nos é dado o descontrole, tampouco o descrédito ou a miserabilidade de valores morais. Aos que duvidarem de nossas palavras, convençamos com nossa conduta; e sigamos em frente.

Diante de todos, clamo a vocês o que venho fazendo há vinte e nove anos, do que muito me orgulho, e jamais tive um dia sequer de arrependimento: compromisso!

Devemos crer na importância do Poder Judiciário e no espírito que sempre deve orientar a nós magistrados na prática do ofício jurisdicional. Devemos nos comprometer, diariamente, em cumprir nossa função com independência, altivez e equilíbrio, guardando o ordenamento jurídico, sem prescindir da humildade e da coragem necessárias às correções de percurso e aperfeiçoamento da Justiça, mas também sem temor de defender, com a compostura que nos pede o cargo, a honradez de nossos quadros e o prestígio da instituição.

Honremos nosso Tribunal!

Esta gestão, para ser bem sucedida, dependerá de todos nós e, por isso, me dirijo, aqui, também aos membros do Ministério Público e advogados, públicos e privados.

A função jurisdicional é congregadora de magistrados, membros do Ministério Público e advogados e é esta função que nos dignifica e desertar desta função é traí-la e, traindo-a, estaremos traindo nossas próprias instituições e a nós mesmos.

Desembargadores Ronaldo Marques Valle, Rosileide Maria da Costa Cunha, Maria Filomena de Almeida Buarque, Ezilda Pastana Mutran, Rosi Maria Gomes de Farias e Eva do Amaral Coelho, respectivamente, Vice-Presidente, Corregedora-Geral de Justiça e Membros do Conselho da Magistratura deste Tribunal de Justiça, sigamos, assim, nossa rota. Sejam a tripulação da vitória. Vamos cumprir nossa missão, atingir nossas metas; que, nestes tempos difíceis, de onde não possamos estar fisicamente, estejamos virtualmente presentes, em pensamento e de coração, no centro de nossa labuta; e seremos honrados por isto.

Para encerrar, escolhi os versos da canção “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, porque dizem muito do sentimento que me envolve neste momento, pois hoje me sinto tão encorajada quanto me sentia enquanto ainda era só uma estudante:

Quero falar de uma coisa

Adivinha onde ela anda

Deve estar dentro do peito

Ou caminha pelo ar

Pode estar aqui do lado

Bem mais perto que pensamos

A folha da juventude

É o nome certo desse amor

Já podaram seus momentos

Desviaram seu destino

Seu sorriso de menino

Quantas vezes se escondeu

Mas renova-se a esperança

Nova aurora a cada dia

E há que se cuidar do broto

Pra que a vida nos dê

Flor, flor e fruto

Coração de estudante

Há que se cuidar da vida

Há que se cuidar do mundo

Tomar conta da amizade

Alegria e muito sonho

Espalhados no caminho

Verdes, planta e sentimento

Folhas, coração

Juventude e fé

Vamos todos, juntos, com alegria e muito sonho, renovar a esperança e dar o nosso melhor pelo
Poder Judiciário do Estado do Pará!

Que Deus nos abençoe!

A Ele, que me protege, guarda e ilumina, obrigada!

Muito obrigada!